

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

## CADERNO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE:

**“Reforço do abastecimento de água - Empreitada de construção, com elaboração do projecto de execução e garantia de resultados pelo adjudicatário, de uma nova Estação de Tratamento de Água no rio Angueira”**

**Janeiro 2009**

Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro

(Código dos Contratos Públicos)

CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A  
CONTRATO DE EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

PARTE I – CLÁUSULAS E CONDIÇÕES GERAIS

Capítulo I  
**Disposições Iniciais**

Cláusula 1.<sup>a</sup>  
**Objecto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de **“Reforço do abastecimento de água - Empreitada de construção, com elaboração do projecto de execução e garantia de resultados pelo adjudicatário, de uma nova Estação de Tratamento de Água no rio Angueira”**

Cláusula 2.<sup>a</sup>  
**Disposições por que se rege a empreitada**

- 1- A execução do Contrato obedece:
  - a. Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b. Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”);
  - c. Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respectiva legislação complementar;
  - d. Ao Decreto-Lei 306/2007, de 27 de Agosto;
  - e. À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
  - f. Às regras da arte.

- 2- Para efeitos do disposto na alínea *a)* do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
- a. O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
  - b. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
  - c. Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
  - d. O caderno de encargos;
  - e. O programa/condições técnicas, como previsto no n.º 3 do artigo 43º do CCP;
  - f. A proposta adjudicada;
  - g. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
  - h. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

### Cláusula 3.ª

#### **Interpretação dos documentos que regem a empreitada**

- 1- No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
- 2- Em caso de divergência entre o caderno de encargos, o programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP, ou o futuro projecto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e os segundos em tudo o que respeita à definição da própria obra.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

- 3- No caso de divergência entre as várias peças do projecto de execução:
- (NÃO APLICÁVEL POR SE TRATAR DE CASO PREVISTO NO N.º 3 DO ARTIGO 43.º DO CCP).
- a. As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
  - b. As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respectivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
  - c. Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projecto de execução.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

### Cláusula 4.ª

#### **Esclarecimento de dúvidas**

- 1- As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao director de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
- 2- No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao director de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
- 3- O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha reflectido

## Cláusula 5.<sup>a</sup>

### **Projecto**

- 1- O projecto apresentado pelo empreiteiro, e aceite pelo dono da obra, constitui o projecto de execução a considerar para realização da empreitada, tendo este que resultar da evolução dos estudos prévios ou anteprojecto apresentados pelo empreiteiro ao concurso e aprovados pela Câmara e entidades que tenham competência legal para sua aprovação.

O projecto de execução deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

Levantamentos topográficos necessários

Projecto de arquitectura e arranjos exteriores

Projecto de estabilidade

Projecto de circuitos hidráulicos.

Projecto de electricidade devidamente aprovado pelo organismo certificador

Projecto de equipamentos electromecânicos

Projecto de telecomunicações aplicáveis

Plano de segurança contra incêndios

Plano de segurança e saúde

Proposta de exploração, com os requisitos definidos no programa/condições técnicas.

Demonstração da adequação da ETA, para produção de água na quantidade e qualidade definidas

Mapas de medições e orçamentos subdividindo a parte de obra da parte de exploração e discriminando em cada uma delas as diversas quantidades de trabalhos, materiais, equipamentos e produtos.

- 2 - A elaboração do projecto de execução [OU, a elaboração das variantes ao projecto] obedece aos requisitos constantes do artigo 43.º do CCP [aplicável apenas no caso de caber ao empreiteiro a elaboração do projecto de execução ou ao caso de ser admitida a apresentação de projecto variante].
- 3 - Os elementos do projecto de execução que não tenham sido patenteados no procedimento

devem ser submetidos à aprovação do dono da obra e ser sempre assinados pelos seus autores, que devem possuir para o efeito, nos termos da lei, as adequadas qualificações académicas e profissionais. [aplicável apenas no caso de caber ao empreiteiro a elaboração do projecto de execução ou ao caso de ser admitida a apresentação de projecto variante].

- 4 - Compete ao empreiteiro a elaboração dos desenhos, pormenores e peças desenhadas do projecto de execução previstos na alínea f) do n.º 4 da cláusula 6.ª, bem como dos desenhos correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra [aplicável apenas no caso de caber ao empreiteiro a elaboração do projecto de execução ou ao caso de ser admitida a apresentação de projecto variante].
- 5 - Até à data da recepção provisória, o empreiteiro entrega ao dono da obra uma colecção actualizada de todos os desenhos referidos no número anterior, elaborados em transparentes sensibilizados de material indeformável e inalterável com o tempo, ou através de outros meios, desde que aceites pelo dono da obra.

## Capítulo II

### Obrigações do empreiteiro

#### Secção I

#### **Preparação e planeamento dos trabalhos**

#### Cláusula 6.ª

#### **Preparação e planeamento da execução da obra**

- 1- O empreiteiro é responsável:
  - a. Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

- b. Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.
- 2- A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.
- 3- O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
- a. Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
  - b. Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respectivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
  - c. Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
- 4- A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a. A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
  - b. O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono de obra;
  - c. A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projecto que sejam detectados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
  - d. A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
  - e. O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adoptar na realização dos trabalhos;
  - f. A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de

segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

g. A apresentação pelo empreiteiro dos elementos referidos na cláusula 5.1.

### Cláusula 7.<sup>a</sup>

#### **Plano de trabalhos ajustado**

- 1- No prazo de 15 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
- 2- No prazo de 10 a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respectivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
- 3- O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
- 4- O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
  - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
  - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
  - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.



- 5- O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efectuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

### Cláusula 8.<sup>a</sup>

#### **Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

- 1- O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2- No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.
- 3- Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 4- Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respectivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adoptando as medidas de correcção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
- 5- Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 6- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
- 7- Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

- 8- Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

## Secção II

### **Prazos de execução**

#### Cláusula 9.º

#### **Prazo de execução da empreitada**

- 1- O empreiteiro obriga-se a:
  - a. Elaborar os projectos de execução nos 30 dias subsequentes à assinatura do contrato e iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.
  - b. Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
  - c. Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua recepção provisória no prazo máximo de **120 dias** ou o da proposta adjudicatária se for o caso, a contar da data da conclusão da sua consignação.
- 2- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de acção e de reorganização da obra necessários à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
- 3- Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro pela conclusão da execução da obra antes do prazo fixado na alínea c) do n.º 1.

## Cláusula 10.<sup>a</sup>

### **Cumprimento do plano de trabalhos**

- 1- O empreiteiro informa mensalmente o director de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efectivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
- 2- Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o director de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
- 3- No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.<sup>a</sup>.

## Cláusula 11.<sup>a</sup>

### **Multas por violação dos prazos contratuais**

- 1- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ até 2‰ do preço contratual.
- 2- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
- 3- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

## Cláusula 12.<sup>a</sup>

### **Actos e direitos de terceiros**

- 1- Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

ocorrência, informar, por escrito, o director de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

- 2- No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem susceptíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao director de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

## Secção III

### **Condições de execução da empreitada**

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### **Condições gerais de execução dos trabalhos**

- 1- A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projecto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
- 2- Relativamente às técnicas construtivas a adoptar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.<sup>a</sup>.
- 3- O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projecto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Erros ou omissões do projecto e de outros documentos**

- 1- O empreiteiro deve comunicar ao director de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

- 2- O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspecto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projecto de execução.
- 3- Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 50% do preço contratual.
- 4- O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro na fase posterior à adjudicação da obra.
- 5- O empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja detecção era exigível na fase de formação do contrato nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, excepto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.
- 6- O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua detecção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua detecção.

### Cláusula 15.<sup>a</sup>

#### **Alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro**

- 1- Sempre que propuser qualquer alteração ao projecto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
- 2- Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
- 3- Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

## Cláusula 16.<sup>a</sup>

### **Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

- 1- Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respectivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
- 2- O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projecto, do caderno de encargos, do clausulado contratual [*quando o contrato seja reduzido a escrito*] e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
- 3- O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos colectivos de trabalho aplicáveis.
- 4- Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projecto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

## Cláusula 17.<sup>a</sup>

### **Ensaios**

- 1- Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.  
A descrição dos ensaios a fazer bem como das análises comprovativas de cumprimento da quantidade e qualidade de água a produzir serão definidas na PARTE II – Programa/Considerações Técnicas do Caderno de Encargos.
- 2- Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
- 3- No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios

e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

### Cláusula 18.<sup>a</sup>

#### **Medições**

- 1- As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projecto e os trabalhos devidamente ordenados pelo dono da obra são feitos no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
- 2- As medições são efectuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
- 3- A realização das medições obedece aos seguintes critérios:
  - a. As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
  - b. As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
  - c. Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

### Cláusula 19.<sup>a</sup>

#### **Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

- 1- Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, se estiver previsto a disponibilização pelo dono da obra de meios necessários à realização da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
- 2- No caso de o dono da obra ser demandado por infracção na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

## Cláusula 20.<sup>a</sup>

### **Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

- 1- O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
- 2- Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o director de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
- 3- Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adoptadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
- 4- No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efectuar nos seguintes termos:
  - a. Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
  - b. Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

## Cláusula 21.<sup>a</sup>

### **Outros encargos do empreiteiro**

- 1- Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da actuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.



- 2- Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.

## Secção IV

### **Pessoal**

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Obrigações gerais**

- 1- São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 2- O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respectivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 3- A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
- 4- As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respectivo plano.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Horário de trabalho**

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respectivo programa ao director de fiscalização da obra.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

## Cláusula 24.<sup>a</sup>

### **Segurança, higiene e saúde no trabalho**

- 1- O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
- 2- O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho.
- 3- No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o director de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
- 4- Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o director de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 32.<sup>a</sup>.
- 5- O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o director de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

## Capítulo III

### **Obrigações do dono da obra**

## Cláusula 25.<sup>a</sup>

### **Preço e condições de pagamento**

- 1- Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total correspondente ao valor dos trabalhos contratuais, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.
- 2- Os pagamentos a efectuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 18.<sup>a</sup>.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

- 3- Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respectiva factura.
- 4- As facturas e os respectivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respectivas instruções fornecidas pelo director de fiscalização da obra.
- 5- Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo director de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
- 6- No caso de falta de aprovação de alguma factura em virtude de divergências entre o director de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respectiva factura ao empreiteiro, para que este elabore uma factura com os valores aceites pelo director de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
- 7- O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

### Cláusula 26.<sup>a</sup>

#### **Adiantamentos ao empreiteiro**

- 1- O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
- 2- Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
- 3- Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
- 4- A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efectuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

## Cláusula 27.<sup>a</sup>

### **Descontos nos pagamentos**

- 1- Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
- 2- O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

## Cláusula 28.<sup>a</sup>

### **Mora no pagamento**

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

## Cláusula 29.<sup>a</sup>

### **Revisão de preços**

- 1- A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicável a fórmula seguinte:

$$Ct = 0,50 \frac{St}{So} + 0,10 \frac{M12}{M^{\circ}12} + 0,10 \frac{M20}{M^{\circ}20} + 0,10 \frac{M22}{M^{\circ}22} + 0,05 \frac{M24}{M^{\circ}24} + 0,05 \frac{M36}{M^{\circ}36} + 0,10$$

Ct – é o coeficiente de actualização a aplicar directamente ao montante sujeito a revisão;

So – é o índice ponderado dos salários referentes ao mês base das propostas;

St – é o mesmo índice mas relativo ao mês a que respeita a situação dos trabalhos;

M<sup>o</sup>12 – é o índice do custo do aço em varão e perfilados referente ao mês base das propostas;

M12 – é o mesmo índice mas relativo ao mês a que respeita a situação dos trabalhos;

M<sup>o</sup>20 – é o índice do custo do cimento em sacas de 50 kg referente ao mês base das propostas;

M20 – é o mesmo índice mas relativo ao mês a que respeita a situação dos trabalhos;

Mº22 – é o índice do custo do gasóleo referente ao mês base das propostas;

M22 – é o mesmo índice mas relativo ao mês a que respeita a situação dos trabalhos;

Mº24 – é o índice do custo da madeira de pinho em vigas ou tábuas referente ao mês base das propostas;

M24 – é o mesmo índice mas relativo ao mês a que respeita a situação dos trabalhos;

Mº36 – é o índice do custo da tubagem de fibrocimento incluindo juntas referente ao mês base das propostas;

M36 – é o mesmo índice mas relativo ao mês a que respeita a situação dos trabalhos;

- 2- Admite-se a apresentação de fórmula diferente da proposta, pelos concorrentes, devidamente justificada e em função do tipo de ETA a propor, no entanto a imputação dos salários terá que ser sempre igual ou superior a 0,40 e a constante fixa, não revísivel igual a 0,10.
- 3- Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

## Secção V

### **Projectos de investigação e desenvolvimento**

#### Cláusula 30.<sup>a</sup>

#### **Obrigação de elaborar projectos de investigação e desenvolvimento**

- 1 - O empreiteiro obriga-se, através de si ou de uma entidade terceira, a elaborar e a executar um ou mais projectos de investigação e desenvolvimento, nos termos da proposta adjudicada, de valor correspondente a, pelo menos, 0% do preço contratual.
- 2 - Os projectos a que se refere o número anterior devem estar directamente relacionados com as prestações que constituem o objecto do Contrato e devem ser concretizados no território nacional.
- 3 - Para os efeitos do n.º 1, deve ser celebrado um contrato que regule a elaboração e execução dos projectos de investigação e desenvolvimento, na data da assinatura do Contrato.

## Cláusula 31.<sup>a</sup>

### **Acessoriedade do contrato de projecto de investigação e desenvolvimento**

- 1 - O contrato a que se refere a cláusula anterior, extingue-se em caso de extinção do contrato de empreitada, por forma diferente do cumprimento. De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, este capítulo apenas é aplicável quando o valor do contrato for igual ou superior a €25 000 000.
- 2 - Quando a extinção do contrato de empreitada, por forma diferente do cumprimento, for apenas parcial, esta implica apenas uma redução proporcional da obrigação de elaboração e execução dos projectos de investigação e desenvolvimento.

## Secção VI

### **Seguros**

## Cláusula 32.<sup>a</sup>

### **Contratos de seguro**

- 1- O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
- 2- O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respectivo recibo de pagamento de prémio na data de consignação.
- 3- O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efectivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 4- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as

apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da recepção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afectas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

- 5- O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
- 6- Todas as apólices de seguro e respectivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 7- Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
- 8- Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

### Cláusula 33.<sup>a</sup>

#### **Outros sinistros**

- 1- O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afectos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afectos à obra pelos subempreiteiros se encontram segurados.
- 2- O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser

garantidos os riscos de danos próprios.

- 3- O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anteriores deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).
- 4- No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respectivo valor patrimonial.

## Capítulo IV

### **Representação das partes e controlo da execução do contrato**

#### Cláusula 34.<sup>a</sup>

#### **Representação do empreiteiro**

- 1- Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um director de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2- O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a técnicos com a seguinte qualificação mínima: Licenciatura em Engenharia Civil para execução da obra e Técnico Superior Qualificado para a exploração.
- 3- Após a assinatura do Contrato, e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do director de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direcção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 4- As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspectos técnicos da execução da empreitada são dirigidos directamente ao director de obra.
- 5- O director de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.



- 6- O dono da obra poderá impor a substituição do director de obra, devendo a ordem respectiva ser fundamentada por escrito.
- 7- Na ausência ou impedimento do director de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o director de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 8- O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correcta aplicação do documento referido na alínea *i*) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

### Cláusula 35.ª

#### **Representação do dono da obra**

- 1- Durante a execução o dono da obra é representado por um director de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2- O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do director de fiscalização da obra que se designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
- 3- O director de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, exceptuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

### Cláusula 36.ª

#### **Livro de registo da obra**

- 1- O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo director de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

- 2- Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são os referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP.
- 3- O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do director da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo director de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

## Capítulo V

### **Recepção e liquidação da obra**

#### Cláusula 37.<sup>a</sup>

##### **Recepção provisória**

- 1- A recepção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efectuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
- 2- No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua recepção provisória, esta é efectuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objecto de deficiência.
- 3- O procedimento de recepção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

#### Cláusula 38.<sup>a</sup>

##### **Prazo de garantia**

- 1- O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
  - a. 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
  - b. 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
  - c. 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.
- 2- Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

- 3- Exceptuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

### Cláusula 39.<sup>a</sup>

#### **Recepção definitiva**

- 1- No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de recepção definitiva.
- 2- Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
- 3- A recepção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
  - a. Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respectivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
  - b. Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
- 4- No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detectar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a correcção por parte do empreiteiro dos problemas detectados, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

### Cláusula 40.<sup>a</sup>

#### **Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

- 1- Feita a recepção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas

como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

- 2- Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detectados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:
  - a. 25 % do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do segundo ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correcção de defeitos, designadamente as de garantia;
  - b. Os restantes 75 %, no prazo de 30 dias após o termo de cada ano adicional do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correcção de defeitos, na proporção do tempo decorrido, sem prejuízo da liberação integral, também no prazo de 30 dias, no caso de o prazo referido terminar antes de decorrido novo ano. *[quando o prazo de garantia fixado na Cláusula 38.ª for superior a cinco anos, a caução deve encontrar-se liberada em pelo menos 75 %, no prazo de 30 dias após o decurso desses cinco anos, conforme determina o n.º 6 do artigo 295.º do CCP].*
- 3- No caso de haver lugar a recepções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à recepção parcial.

## Capítulo VI

### **Disposições finais**

#### Cláusula 41.<sup>a</sup>

##### **Deveres de informação**

- 1- Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afectar os respectivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
- 2- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o

cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

- 3- No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afectada a execução do Contrato.

### Cláusula 42.<sup>a</sup>

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

- 1- O empreiteiro pode subcontratar a entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2- O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

*[OU nos casos previstos no n.º 2 do artigo 385.º do CCP:]* A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do Contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

- 3- Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 4- O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo director de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 5- O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
- 6- No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 7- A responsabilidade pelo exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

- 8- A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.  
[OU em alternativa, indicar as entidades para as quais a cessão da posição contratual de alguma das partes seja autorizada no Contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 318.º do CCP].

### Cláusula 43.<sup>a</sup>

#### **Resolução do contrato pelo dono da obra**

- 1- Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
- a. Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
  - b. Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, directivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direcção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - c. Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
  - d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
  - e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
  - f. Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao Contrato;
  - g. Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
  - h. O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
  - i. Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
  - j. Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

- indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- k. Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
  - l. Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
  - m. Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
  - n. Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
  - o. Se não foram corrigidos os defeitos detectados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
  - p. Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
  - q. Caso o empreiteiro não entregue os projectos de execução, no primeiro terço do prazo de execução da obra, ou não sejam aprovados pelas entidades competentes até ao 2º terço do prazo de execução se esta não aprovação resultar de facto imputável ao adjudicatário.
- 2- Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respectivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.
- 3- No caso previsto na alínea o) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
- 4- A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respectiva importância.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

## Cláusula 44.<sup>a</sup>

### **Resolução do contrato pelo empreiteiro**

- 1- Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
- a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
  - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
  - d. Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
  - e. Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
  - f. Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
  - g. Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados.
  - h. Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de actos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
  - i. Se a suspensão da empreitada se mantiver:
    - i. Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
    - ii. Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
  - j. Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.
- 2- No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta



não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do Contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, neste último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

- 3- O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
- 4- Nos casos previstos na alínea *c)* do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

### Cláusula 45.<sup>a</sup>

#### **Resolução de litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulado que:

- 1- Caso haja acordo entre as partes recorrer-se-á à arbitragem;
- 2- Não havendo acordo entre as partes, recorrer-se-á a foro competente.

#### **I - Arbitragem**

- 1- Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:
  - a. Sem prejuízo do disposto nas alíneas *b)* a *d)*, a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;
  - b. O Tribunal Arbitral tem sede em Vimioso e é composto por três árbitros;
  - c. O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
  - d. No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

- 2- O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

### **II - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo territorialmente competente.

#### Cláusula 46.<sup>a</sup>

### **Comunicações e notificações**

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 47.<sup>a</sup>

### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

## PARTE II – PROGRAMA/CONDIÇÕES TÉCNICAS

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### **Objecto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas técnicas a cumprir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de **“Reforço do abastecimento de água - Empreitada de construção, com elaboração do projecto de execução e garantia de resultados pelo adjudicatário, de uma nova Estação de Tratamento de Água no rio Angueira”**

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### **Estudos prévios e projectos de execução**

- 2.1 – Na fase de concurso os concorrentes terão que entregar com a sua proposta um estudo prévio ou anteprojecto da ETA proposta, elaborado por Engenheiro inscrito na Ordem dos engenheiros e habilitado para o efeito, devendo este subscrever termo de responsabilidade pela execução do mesmo, de acordo com o modelo **anexo VI** do programa de procedimento, em que ateste que a água tratada na futura ETA irá cumprir em termos de qualidade os parâmetros legais exigidos pelo D.L.306/2007 de 27 de Agosto para água de consumo humano e que a produção de água será no mínimo de 50m<sup>3</sup>/hora.
- 2.2 – O adjudicatário terá que na fase de planeamento da obra entregar o projecto de execução da obra.
- O projecto de execução terá que resultar da evolução dos estudos prévios ou anteprojecto apresentados pelo empreiteiro ao concurso.
- O projecto de execução atrás referido terá que ser aprovada pela Câmara ou entidades que competentes para o aprovar e deve conter no mínimo os seguintes elementos:

Levantamentos topográficos necessários

Projecto de arquitectura e arranjos exteriores

Projecto de estabilidade  
Projecto de circuitos hidráulicos.  
Projecto de electricidade devidamente aprovado pelo organismo certificador  
Projecto de equipamentos electromecânicos  
Projecto de telecomunicações aplicáveis  
Plano de segurança contra incêndios  
Plano de segurança e saúde  
Proposta de exploração, com os requisitos definidos no programa/condições técnicas.  
Demonstração da adequação da ETA, para produção de água na quantidade e qualidade definidas  
Mapas de medições e orçamentos subdividindo a parte de obra da parte de exploração e discriminando em cada uma delas as diversas quantidades de trabalhos, materiais, equipamentos e produtos.

## Cláusula 3.<sup>a</sup>

### **Quantidade, Qualidade da Água e Ensaio**

3.1 - Os concorrentes terão que apresentar proposta da Estação de Tratamento de Água e executá-la de acordo com projecto aprovado, garantindo os seguintes resultados:

Quantidade de Água Tratada igual ou superior a 50m<sup>3</sup>/hora.

Qualidade da Água Tratada a cumprir todos os requisitos e parâmetros legais de águas para consumo humano definidos para o efeito no D.L. 306/2007 de 27 de Agosto.

3.2 – Para aferir os parâmetros de quantidade e qualidade serão efectuados, antes da recepção provisória da obra, os seguintes ensaios:

Ensaio de quantidade – a ETA terá que ser posta em regime de laboração normal durante três dias consecutivos, sendo medido o caudal de água tratada produzida e tendo este que ser em média superior a 50 m<sup>3</sup>/hora de funcionamento.

Ensaio de qualidade – nos três dias de ensaio de quantidade serão retiradas amostras para análise de aferição da qualidade de água, da seguinte forma:

No 1º dia – duas amostras para análises do tipo R1;

No 2º dia – uma amostra para o controlo de rotina R2 e uma amostra para o controlo de rotina R1;

No 3º dia – uma amostra para o controlo de inspeção ( CI ), uma amostra para o controlo de rotina R2 e uma amostra para o controlo de rotina R1.

Considera-se que a ETA cumpre, em termos de qualidade, se nas análises atrás referidas não houver parâmetros em incumprimento.

3.3 - Os concorrentes terão de garantir que os projectos da futura ETA bem como a sua exploração serão feitos por técnicos habilitados para o efeito.

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### **Exploração**

4.1 - O Adjudicatário, além da construção da ETA, terá que assumir a exploração da mesma e obter água tratada na quantidade e qualidade referidas na cláusula anterior, durante o período de 1 ano após recepção provisória da parte de obra.

4.2- Durante a exploração o adjudicatário além da quantidade e qualidade da água atrás definidas terá também que garantir:

4.2.1 – A exploração da ETA de forma permanente, alcançando graus de tratamento que correspondam, no mínimo, ao imposto pela legislação em vigor;

4.2.2 – A execução de todos os trabalhos de manutenção e conservação necessários ao perfeito estado das instalações de construção civil;

4.2.3 – A execução de todos os trabalhos de manutenção e conservação dos equipamentos

metalomecânicos e electromecânicos, instalações eléctricas e instrumentação;

4.2.4 – A reparação ou substituição de todos os elementos deteriorados;

4.2.5 – O fornecimento e utilização de todos os materiais, reagentes, consumíveis e utilitários ou outros produtos e serviços necessários à operação e manutenção da instalação;

4.2.6 – O estabelecimento de um registo de dados processuais que permitam a análise do funcionamento dos equipamentos e/ou órgãos ETA e o seu controlo e afinação;

4.2.7 – O estabelecimento do registo de informações resultantes das inspecções periódicas aos equipamentos, instalações eléctricas e manutenção de forma a criar um ficheiro de dados que apoie os serviços de conservação e manutenção daqueles equipamentos e instalações;

4.2.8 – O perfeito estado de limpeza no interior das instalações e circulações existentes, garantindo simultaneamente que as pinturas das instalações e dos equipamentos se mantenham em bom estado;

4.2.9 – A manutenção em bom estado de conservação todos os elementos anexos à instalação de tratamento, nomeadamente arruamentos, ajardinamentos, edifícios de apoio à exploração etc..

4.2.10 – O perfeito estado de todas as instalações de controlo, informação e automatismo dos sistemas;

4.2.11 – O acompanhamento da entidade adjudicante, ou quem esta indicar, em visitas às instalações.

4.3- Na prestação dos serviços, o adjudicatário obriga-se a cumprir o estipulado no Contrato e seus eventuais ajustamentos futuros, e, designadamente, obriga-se ainda a cumprir o seguinte:

4.3.1 – Obrigações gerais

a) Respeitar toda a legislação e regulamentação em vigor;

b) Respeitar as exigências de qualidade que garantam os valores paramétricos fixados na legislação;

c) Respeitar as exigências de qualidade, decorrentes da evolução populacional e do desenvolvimento sócio-económico da região;

- d) Assegurar a máxima rentabilidade do sistema, sem prejuízo de manter, em permanência adequadas condições de operação;
- e) Facultar o acesso permanente da entidade adjudicante aos locais onde se executarem os trabalhos de exploração;
- f) Facultar à entidade adjudicante todos os registos e documentos relativos às actividades objecto da exploração, prestando sobre eles os esclarecimentos que aquela considere necessários;
- g) Fornecer todos os elementos e informações que lhe sejam solicitados e que se prendam com o objecto da exploração;
- h) Manter nas instalações todo o pessoal indispensável à sua exploração em contínuo, tendo em vista o cabal desempenho dos serviços discriminados no artigo anterior;
- i) Participar, previamente, à entidade adjudicante as interrupções de serviço, parciais ou totais, que tenham de se verificar ou, quando tal não seja possível, no dia útil seguinte ao da sua ocorrência, indicando em qualquer dos casos as razões justificativas das mesmas.
- j) Apresentar mensalmente relatório das actividades desenvolvidas.

4.3.2 – O sistema de tratamento terá um regime de laboração contínua na instalação objecto do presente concurso, podendo apenas ser interrompido quando houver necessidade de executar trabalhos de ampliação, conservação ou manutenção das instalações.

4.3.3 – Para efeitos do referido no ponto anterior, sempre que tal não seja possível verificar, o adjudicatário avisará a entidade adjudicante da necessidade de quaisquer trabalhos relativos às instalações, da sua natureza, do prazo previsto para a sua execução e da eventual interrupção ou significativa redução do sistema de tratamento, a fim de que possa ser acordado o período em que os referidos trabalhos serão realizados e tomadas as medidas que se mostrem necessárias.

4.3.4 – Para efeitos do estipulado nos pontos anteriores 4.3.2 e 4.3.3, considera-se haver interrupção do sistema de tratamento, se ocorrer um período de mais de quatro horas sem se verificar a produção de água. Para os mesmos efeitos considera-se redução do sistema de tratamento qualquer alteração do regime de operação, face às condições do contrato,

nomeadamente no que respeita aos padrões de qualidade exigidos para a qualidade da água tratada.

4.3.5 – Não serão consideradas como interrupções, as resultantes de avaria nas instalações devido a caso de força maior ou a acto de terceiro que não possa ser directa ou indirectamente imputado ao adjudicatário.

4.4 – O adjudicatário deverá facultar as instalações a visitas ao público, de acordo com o programa a estabelecer e organizar com a entidade adjudicante, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços.

#### 4.5- Equipa de exploração

4.5.1 – Cada concorrente é obrigado a constituir uma equipa, para exploração da ETA, que incluirá, no mínimo, 1 Técnico Superior a chefiar, 1 Técnico Electromecânico (tempo parcial) e 1 Operador (tempo inteiro).

4.5.2 – A equipa deverá garantir a exploração contínua das instalações, devendo existir pessoal suficiente para assegurar a cobertura de folgas legais, tais como períodos de férias, de descanso semanal, de turnos a realizar ou picos de trabalho extraordinário.

4.5.3 – A equipa de exploração deverá ser chefiada por um técnico com formação superior e experiência em águas de abastecimento, principalmente em instalações de características semelhantes.

#### 4.6- Recursos materiais e equipamento

4.6.1 – Cada concorrente garantirá todos os recursos materiais e equipamentos necessários, para a correcta exploração dos sistemas a concurso.

4.6.2 – O concorrente deverá dispor de veículos apropriados para transporte de pessoal, reagentes, lamas e outros necessários à prestação do serviço.

4.6.3 – O adjudicatário obriga-se a manter nas instalações todos os recursos materiais e equipamentos necessários à correcta exploração da futura ETA.

4.6.4 – Serão da conta do adjudicatário todos os fornecimentos necessários à manutenção e conservação das instalações em perfeito estado de funcionamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

### 4.7- Análises de controlo

4.7.1 – Terá que ser previsto na conduta de adução entre a nova ETA e a cisterna de água tratada existente, uma tomada de água para recolha de amostras para análises da água tratada.

4.7.2 – Terão obrigatoriamente que ser feitas a expensas do adjudicatário e em laboratório credenciado, análises de controlo analítico na água tratada com periodicidade definida na tabela seguinte.

Grupo a Analisar	Periodicidade
Controlo de Inspeção	Semestral
Controlo de Rotina R2	Mensal
Controlo de Rotina R1	Quinzenal
Controlo de lamas	Semestral

4.7.3 – A entidade adjudicante, ou qualquer entidade autorizada por esta, poderá fazer os ensaios e análises que julgue necessários para verificar o cumprimento das condições estabelecidas ou para estudar as possibilidades de melhorar o rendimento ou o funcionamento das instalações.

4.7.4 – Em caso de discrepância entre os resultados de análises feitas pelo adjudicatário e as obtidas pela entidade adjudicante, serão feitas novas análises em laboratório oficial. Os custos destas análises de arbitragem serão suportados pela parte que se verificar não ter razão.

4.7.5 – O adjudicatário deverá assegurar um plano de controlo operacional para a instalação em função das necessidades da instalação e conforme a legislação em vigor.

### 4.8- Lamas

4.8.1 – Cada concorrente deverá assegurar o correcto e legal encaminhamento das lamas resultantes do processo.

4.8.2 – A entidade adjudicante reserva-se o direito de optar por outros destinos finais, diferentes dos indicados pelo concorrente, com a correspondente correcção dos valores a pagar ao adjudicatário, se for caso disso.

### 4.9- Relatórios de exploração

4.9.1 – O adjudicatário obriga-se a apresentar à entidade adjudicante, durante o período de exploração, os seguintes relatórios:

- a) Um relatório mensal com indicação das principais ocorrências, dos elementos estatísticos resultados do controlo operacional, do controlo analítico da água e registos de exploração e actividades mais relevantes desenvolvidas nesse período e demais elementos que se enquadrem, etc.;
- b) Um relatório semestral, com o resumo da situação do semestre de exploração;
- c) Um relatório semestral da quantidade e qualidade de lamas produzidas;
- d) Quaisquer outros relatórios solicitados pela entidade adjudicante.

4.9.2 – Os relatórios de exploração deverão ser apreciados, pela entidade adjudicante, no prazo de 15 (quinze) dias após a sua recepção e considerar-se-ão tacitamente aprovados uma vez decorrido aquele prazo sem comunicação da sua rejeição.

4.9.3 – No caso de se verificarem divergências a sanar ou correcções a efectuar nos relatórios de exploração, o processo originado pelas mesmas deverá estar concluído 15 (quinze) dias após a data do parecer de apreciação pela entidade adjudicante, valendo, em último caso, as determinações deste último.

### 4.10- Fiscalização

4.10.1 – O exacto e pontual cumprimento de todas as cláusulas do contrato será fiscalizado pela entidade adjudicante, ou por quem ela designar para o efeito, que fiscalizará também o equipamento, processos de funcionamento, materiais e, de um modo geral, todos os produtos e serviços necessários à exploração das instalações.

4.10.2 – Outras entidades oficiais com competências legais para o efeito podem também fiscalizar os serviços prestados e a forma como o estão a se, no âmbito das suas competências.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

## Cláusula 5.<sup>a</sup>

### **Localização**

A ETA a propor deverá ser localizada em terreno próximo da ETA actualmente existente, podendo prever-se dentro do espaço actualmente reservado à mesma se tal for possível.

Os estudos ou projectos da ETA a propor devem possibilitar a alteração de implantação, num raio de 100m.

No “**Anexo A**” apresenta-se planta com indicação da área passível de implantação da futura ETA.

## Cláusula 6.<sup>a</sup>

### **Interligação com a Eta existente**

A ETA a propor em termos de tratamento de água terá que ser independente da ETA existente.

A Água tratada será posteriormente encaminhada para a cisterna da ETA existente e desta elevada através do actual sistema para os Depósitos da Atalaia em Vimioso.

Verificando-se a impossibilidade de satisfazer, quantitativamente, a exigência de abastecimento de água conforme proposto, admitir-se-á a hipótese de aproveitamento do actual poço de captação, devendo neste caso ser feitas as adaptações necessárias, e sendo sempre obrigatória a instalação de novas bombas de captação de água e câmara de manobras respectiva.

Admite-se a hipótese de aproveitamento de energia eléctrica proveniente do quadro geral da ETA ou do PT existentes, no entanto terão que ser criados quadros e circuitos eléctricos independentes da ETA existente e prever a garantia do reforço de potência necessária.

No “**Anexo B**” apresenta-se esquema de possível interligação entre a ETA existente e a ETA a construir.

# CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

## Clausula 7ª

### **Penalidades**

No período de vigência da exploração, serão aplicadas ao adjudicatário, por incumprimentos, as seguinte penalidades:

7.1 – Pela interrupção pontual de fornecimento de água e por facto que lhe seja imputável:

Coima =  $n : 15 \times K$ , em que:

n = número de dias de ocorrência, no mês

K – preço mensal previsto para a exploração

7.2 – Pela interrupção continuada de fornecimento de água e por facto que lhe seja imputável:

Coima =  $3n : 15 \times K$ , em que:

n = número de dias de ocorrência

K – preço mensal previsto para a exploração

Considera-se interrupção continuada o não fornecimento de água tratada em cinco dias consecutivos, ou vinte interpolados no período de exploração.

7.3 – Pelo incumprimento da qualidade da água tratada:

Coima =  $( r : s ) \times ( K : 2 )$  em que:

r – número de parâmetros analisados em situação de incumprimento, no mês

s – número total de parâmetros analisados, no mês

K – preço mensal previsto para a exploração

## CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

---

7.4 – Pelo incumprimento continuado da qualidade da água tratada:

Coima =  $3 \times (r : s) \times (K : 2)$  em que:

r – número de parâmetros analisados em situação de incumprimento, no mês

s – número total de parâmetros analisados, no mês

K – preço mensal previsto para a exploração

Considera-se incumprimento continuado a existência de mais que 10 % de parâmetros analisados em situação de incumprimento durante dois meses consecutivos.

As penalidades previstas nesta cláusula serão deduzidas nos pagamentos subsequentes ao mês da ocorrência.